



# Teologia Brasileira

Nº 105 | 2024 ISSN 2238-0388

A forma literária do evangelho  
e a perspectiva teológica de  
acordo com Marcos  
*Wanderson Logiudice*

4

A imprensa e a Reforma Protestante:  
meios para tornar conhecidos os ensinos  
e princípios reformadores  
*Eliabe Deyvison*

16

Iluminismo, doutrina e tradição:  
a necessidade do resgate da doutrina  
para a identidade cristã  
*Felipe de Souza Marques*

21

O problema do mal em Agostinho  
e o Paradoxo de Epicuro  
*Guilherme Augusto de Carvalho*

27

Lançamentos

42



VIDA NOVA

# Teologia brasileira, uma produção de Edições Vida Nova

**A** Revista Teologia Brasileira tem o objetivo de proporcionar um espaço para discussão e produção de teologia que seja bíblica, confessional, relevante, sensível e aberta ao diálogo sobre temas que contemplam a realidade de nosso país. Para isso, contamos com o apoio de uma equipe que, em contato com pesquisadores, pastores, mestres e escritores, torna possível a veiculação de conteúdo que estimule a reflexão bíblica e teológica.

Editor:

Franklin Ferreira

Produção editorial:

Sérgio Siqueira Moura

Diagramação:

Sandra Reis Oliveira

Contato:

[teogiabrasileira@vidanova.com.br](mailto:teologiabrasileira@vidanova.com.br)

## Editorial

**E**stá disponível mais uma edição da revista Teologia Brasileira!

Wanderson Logiudice analisa a forma literária do Evangelho de Marcos, investigando como o gênero influenciou a perspectiva teológica dos evangelistas.

Eliabe Deyvison discute o controle histórico do conhecimento, destacando que este era restrito aos iniciados, pois era considerado sagrado.

Felipe de Souza Marques aborda a mudança de materiais de escrita, do barro ao pergaminho, devido a questões culturais e políticas, enquanto também critica o preconceito iluminista contra a tradição e defende o resgate da doutrina cristã.

Guilherme Augusto de Carvalho examina o problema do mal segundo Agostinho, buscando esclarecer o papel de Deus e do livre-arbítrio humano na origem do mal.

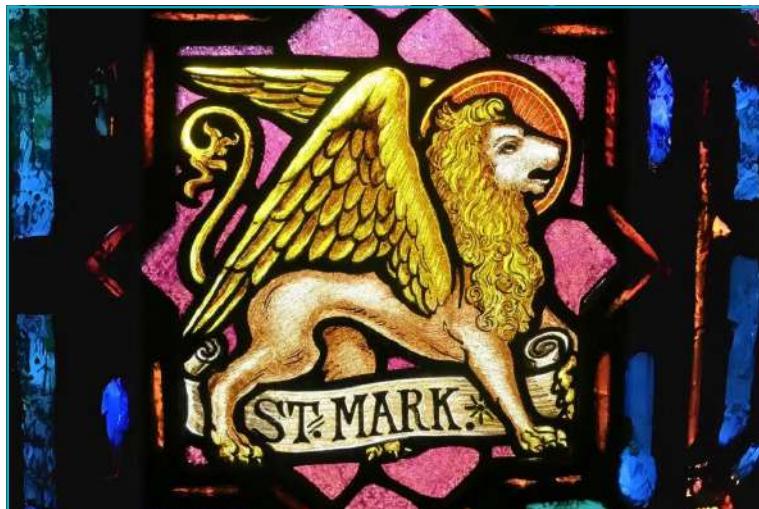
Neste vídeo, realizada durante a Semana Teológica no Projeto Água da Vida, em Niterói, Jonas Madureira explora o tema da oração no pensamento de Martinho Lutero.



Assista ao vídeo!

# A forma literária do evangelho e a perspectiva teológica de acordo com Marcos

*Wanderson Logiudice*



## Introdução

Neste artigo, propõe-se discutir “*A forma literária do Evangelho e a perspectiva teológica de acordo com Marcos*”. Refere-se a uma pesquisa que procura pensar sobre a forma literária do Evangelho do primeiro século. O Evangelho é uma forma literária que foi utilizada por Marcos, Mateus, Lucas e João.

De certa forma, o Evangelho de Marcos é anônimo, pois não vemos nenhuma evidência dizendo que fora escrito por ele, como se vê em algumas cartas do Novo Testamento, que apresenta claramente a sua autoria. Por exemplo, nas epístolas paulinas observamos, no início de cada carta, Paulo se apresentando como o autor da escrita (Rm 1.1). Porém, ao interpretarmos o Evangelho, temos que ir atrás de outras fontes para sabermos sobre as características gerais da escrita deste gênero. É visto, também que Marcos se adaptou a um estilo literário de sua época para se comunicar com a igreja do primeiro século e ajudá-los contra as opressões que viviam sobre os romanos. Não apenas isso, mas iremos também argumentar sobre o significado do gênero literário.

Todo texto é escrito em uma forma literária. Por exemplo, um poema não será lido da mesma forma que uma história narrativa, e muito menos lerá um Evangelho da mesma forma que uma carta do Novo Testamento, pois elas possuem estruturas de escritas e objetivos diferentes um do outro. Sendo assim, compreender o que é uma forma literária irá ajudar na compreensão clara do conteúdo do autor ao se comunicar para os seus leitores.

Evangelho é um gênero literário, um “gênero do Novo Testamento é dedicado à caracterização da pessoa e da vida de Jesus [...]” (RYKEN, 2017, p. 65). Uma das questões mais importantes ao analisar o Evangelho é compreender que esse estilo de escrita reflete aspectos do ambiente literário greco-romano. A forma de escrita tem certas semelhanças com a literatura biográfica conhecida daquele período.

## 1. Análise de gênero

Gêneros são tipos de literatura específicas. A Bíblia contém muitos gêneros literários em sua composição. A finalidade desses gêneros textuais era atender o propósito da mensagem e o estilo literário mais utilizado na época. Cada tipo tem sua própria regra de interpretação e para fazer uma leitura correta, é preciso conhecer cada um deles.

Na Bíblia podemos observar uma mistura de gêneros literários, como, por exemplo, lei, narrativa, poesias, sabedoria, profecia, Evangelhos e epístolas. A diferença entre esses gêneros literários está na sua forma particular dos textos. A poesia utiliza ritmo, paralelismo etc. Os Evangelhos utilizam ensinos, parábolas e narrativas. Osborne declara que “o gênero funciona como uma valiosa conexão entre o texto e o leitor” (OSBORNE, 2018, p. 229). Para compreender um texto de uma forma clara é preciso estudá-lo com certas expectativas, isto é, entendê-lo no seu próprio gênero. Analisar um gênero é saber algo que está relacionado com a comunicação.

“O estudo dos gêneros textuais não é novo e, no Ocidente, já pelo menos vinte e cinco séculos, se considerarmos que sua observação sistemática se iniciou em Platão” (MARCUSCHI, 2020, p. 147). Portanto, é visto que gêneros literários não é algo moderno, pois, na antiguidade, já se falava a respeito deles. Ainda segundo Marcuschi,

A expressão “gênero” esteve, na tradição ocidental, especialmente ligada aos gêneros literários, cuja análise se inicia com Platão para se firmar com Aristóteles, passando por Horácio e Quintiliano, pela Idade Média, o Renascimento e a Modernidade, até os primórdios do século 20. Atualmente, a noção de *gênero* já não mais se vincula apenas à literatura, como lembra Swales (1990, p. 30), ao dizer que “hoje, gênero é facilmente usado para referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias”. É assim que se usa uma noção de gênero textual em etnografia, sociologia, antropologia, retórica e na linguística. É nesta que nos interessa analisar a noção de gênero (MARCUSCHI, 2020, p. 147; versão Kindle).

Podemos observar que gênero literário não é algo moderno, mas antigo, a respeito do que grandes pensadores falaram sobre isso. Gênero literário é uma categoria de composição literária. Classificações em grupos dos diversos tipos de obras literárias que existem. “Gênero literário refere-se à categoria ou ao tipo de escrito caracterizado por determinada(s) forma(s) e conteúdo ou um dos dois” (ZUCK, 2020, p. 147). As obras literárias têm tipos de literatura e identificar qual o tipo de gênero literário que está sendo lido ajuda a fazer distinção entre uma obra poética, narrativa, Evangelhos e assim por diante.

Gêneros literários reúnem conjuntos de obras que apresentam características análogas de forma e conteúdo, por exemplo, narrativa histórica, biografias, poemas, cartas, e assim por diante. Esse termo se estende em diversos sub-gêneros, isto é, qual tipo de estilo literário está sendo desenvolvido no texto? Caso seja uma obra narrativa, ela pode ser desdobrada como história de resgate, história de homicídio, poemas ou hinos. Portanto, cada gênero literário contém sua forma de conteúdo. Gênero refere-se às características de um escrito que geram certas expectativas nos leitores e que os dispõem a tratar um dado escrito de maneira concreta. Sendo assim, gênero literário é a maneira de informar um assunto.

O Evangelho é uma biografia que apresenta o estilo da vida de Jesus, realmente do jeito que ele viveu, e essa experiência é narrada no Evangelho. Ryken chama isso de “o realismo dos evangelhos” (RYKEN, 2017, p. 124). Os acontecimentos que estão em torno de Jesus transmitem um sentido de realismo, ou seja, acontecimentos, indivíduos, diálogos, discursos e encontros. Sendo assim, de que

forma Cristo, o personagem central do Evangelho, é retratado? Podemos afirmar que o autor do Evangelho não registrou todas as informações da vida de Jesus, porém, listou os eventos mais importantes da vida de Cristo enquanto ele esteve entre o seu povo. Portanto, Evangelhos são coleções de ditos, compilações da vida e do ministério de Jesus. O gênero como Boas-Novas no contexto Romano tem suas importâncias.

Qual o significado de boas-novas? Essa expressão tem sido importante no primeiro século, principalmente no contexto romano, pois esse termo era utilizado para expor as vitórias dos imperadores e as datas comemorativas, como, por exemplo, aniversário. Evangelho tem um significado importante e isso envolve sua compreensão no ambiente no qual está sendo escrito.

A palavra Evangelho, no tempo do Novo Testamento, tinha um uso importante. Conforme Raymond E. Brown,

No tempo do NT, *euaggelion* (“boa notícia”, que traduzimos por “evangelho”) não se referia a um livro ou escrito, mas a uma proclamação ou mensagem. Isso é compreensível com base no contexto do termo. Palavras correlatas eram usadas no grego não-cristão para boas-novas, especialmente anúncios de vitória em batalhas; no culto imperial, o nascimento e a presença do imperador constituíam boas-novas para o mundo romano. Na LXX, as palavras correlatas a *euaggelion* de boas-novas, especialmente da vitória de Israel ou da vitória de Deus. Mais amplamente, pode abranger a proclamação das ações gloriose de Deus em favor de Israel (BROWN, 2019, p. 171-2).

No Evangelho vemos Deus em ação por meio do seu Filho Jesus Cristo. O Antigo Testamento encerra-se com o livro do profeta Malaquias e inicia o Novo Testamento com o Evangelho de Mateus. De Malaquias até Mateus, existe um intervalo de quatrocentos anos chamado de silêncio, ou o testemunho silencioso, um período que Deus não pronunciou sua voz e não usou nenhum profeta para anunciar sua palavra. O gênero literário do Evangelho pode ser considerada uma biografia teológica.

Os gêneros literários têm uma forma, função e estilo de comunicar um conteúdo. Portanto, os gêneros textuais de acordo com o pensamento do autor, expressam seu estilo teológico. Evangelho não significa apenas boas notícias, mas biografias teológicas.

“Marcos foi o primeiro a usar o termo “evangelho” (*euangelion*) para essas poderosas biografias de Jesus (1.1,15)” (OSBORNE, 2019, p. 1). A tradição oral sobre Jesus foi algo importante durante os anos do cristianismo. Esse gênero literário caracterizou o movimento dentro do judaísmo do Segundo Templo.

De acordo com Dunn,

Um dos principais desenvolvimentos nos primeiros quarenta e tantos anos de cristianismo foi a transição da tradição oral sobre Jesus para o evangelho escrito. Para a história do cristianismo, a importância desse desenvolvimento dificilmente poderá ser exagerada. Estamos falando do estabelecimento de um novo gênero no âmbito da literatura antiga, o “*Evangelho*”, ou, mais precisamente, o Evangelho cristão. Ainda mais importante foi que esse novo gênero definiu e distinguiu tanto quanto caracterizou o novo movimento dentro do judaísmo do Segundo Templo como nenhum outro desenvolvimento o fez (DUNN, 2017, p. 73).

A forma literária é uma arte pelo fato de que os autores escolheram determinadas passagens, ritmo da narração nos pequenos movimentos de um diálogo, e composições para transmitir um conteúdo, na qual são encontradas nas estruturas do texto.

Antes dos Evangelhos terem sido escritos, eles eram uma proclamação oral dos ensinamentos e da ressurreição de Jesus Cristo. Porém, a palavra Evangelho adquiriu um sentido único conforme os anos. Kermode e Alter argumentam,

[...] a palavra evangelho é encontrada no plural, indicando que as pessoas já não pensavam nos quatro meramente como versões diferentes de um evangelho, mas como quatro Evangelhos. Certamente havia mais do que quatro, mas apenas quatro foram acolhidos e é deles, e não das obras apócrifas sobreviventes que levam o nome de evangelhos, que derivamos nossa acepção do que seja um evangelho (ALTER; KERMODE, 1997, p. 404).

Todos os materiais dos quatros Evangelhos foram transmitidos no interior da comunidade de fé, e vistos na perspectiva do Senhor ressuscitado. Os escritores dos Evangelhos são bem criativos ao desenvolver seu estilo literário.

## 2. Perspectiva teológica de acordo com Marcos

Os Evangelhos têm suas estruturas teológicas de acordo com o pensamento de cada autor, por exemplo, a expressão *katá* (*κατά*), que significa *de acordo com*, como visto anteriormente. Cada assunto teológico é argumentado de acordo com o pensamento do próprio autor. Ele não apenas registra momentos da vida de Jesus Cristo, mas articula teologia enquanto escreve. O Evangelho de Marcos é o menor e mais sólido dos quatro Evangelhos. Em cada perícope de sua obra, ele apresenta quem de fato é Jesus Cristo.

O termo Evangelho é usado pelos escritores de uma forma proposicional. Outra questão muito interessante é sobre a preposição “*katá*” (*κατά*) que aparece nos Evangelhos. A tradição antiga atribuía o Evangelho a Mateus, mas não necessariamente a autoria dele, sendo assim, a expressão “*de acordo com*” (tradução da preposição *katá*) que antecede o nome dos evangelistas não significa necessariamente autoria. O normal em grego para se identificar o autor de uma obra seria usar o simples caso genitivo no nome ou no artigo definido para nomes como o de Mateus.

A palavra “*de acordo com*”, tradução da preposição *katá*, pode também se referir à autoria do texto ou indicar que Marcos, Mateus, Lucas e João como os responsáveis pelo conteúdo e forma de cada versão do Evangelho, por isso, que na Bíblia em grego do Novo Testamento os Evangelhos começam com as preposições *katá*.

De acordo com Pennington,

Essa discussão se sobrepõe significativamente ao capítulo anterior e à questão do significado do *euangelion* e dos sobrescritos para os nossos quatro evangelhos, porque a titulação desses relatos como “O Evangelho segundo...” inevitavelmente criou uma expectativa para o que estava prestes a ser ouvido, lido e experimentado. Para Marcos, isso é mais óbvio com suas palavras iniciais: “O começo do evangelho sobre/de Jesus Cristo”. Palavras de abertura de Mateus – “o livro da gênese de Jesus Cristo...” – identificam seu trabalho como literário (e não apenas uma coleção de aforismos ou ditos) e, especialmente, evocam uma conexão forte e óbvia com o livro de Gênesis e as porções genealógicas do Antigo Testamento. No prólogo muito mais técnico de Lucas (1.1-4), ele chama sua própria descrição de narrativa ordenada (*diegesisI*). A impressionante abertura

de João – *No princípio, era o Verbo* – desperta seu próprio conjunto de associações, tanto com o início da Sagrada Escritura, na criação em Gênesis 1.1, quanto com a profunda e importante tradição filosófica grega referente ao Logos (*logos*) [...]. Esse título de “Evangelho” torna-se a “palavra mestra” abrangente que cria um rico conjunto de expectativas (PENNINGTON, 2019, p. 39-40).

Para os primeiros cristãos esse título passou a referir-se a uma narrativa sobre Jesus Cristo. Ao analisar a tradição escrita dos manuscritos existem evidências de autoria, seja no começo ou no final do livro, por exemplo, nas cartas paulinas. O modo que os escribas usavam para descrever isso era por meio do genitivo que trazia a ideia de posse, ou seja, foi Paulo que escreveu, ele é o próprio originador. O escritor é o autor da carta e esta carta pertence a ele, é a sua identidade.

Os Evangelhos nunca dizem “de Marcos ou de João”, eles preferem a expressão grega *katá* e essa pequena evidência demonstra uma consciência na igreja primitiva de que aquele material era de Cristo, isto é, Jesus era o conteúdo daquele material. Os Evangelhos são apresentados de acordo com diferentes autores. Sendo assim, é um Evangelhos, uma mensagem, um Jesus Cristo, mas ela é apresentada de acordo com diferentes autores, por isso temos os quatro Evangelhos canônicos.

Larry W. Hurtado, reconhece a importância que os evangelistas fizeram de registrar ambientes geográficos que Jesus andou,

Uma terceira característica de todos os quatro Evangelhos canônicos, muito mais importante do que alguns estudiosos parecem reconhecer, é o modo como eles estabelecem seus relatos sobre Jesus dentro de um contexto histórico, cultural e geográfico específico (HURTADO, 2012, p. 352).

Cada autor mostra Jesus na Judeia romana (Palestina) e cada perspectiva das ações de Jesus são ricas e detalhadas. Por exemplo, a mulher samaritana em João 4 é uma cena formidável. O foco não está apenas na teologia do texto, mas no comportamento de Jesus com uma mulher em uma região específica (Samaria). Situar Jesus Cristo em contexto histórico, geográfico e cultural específico, é importante.

Jesus não é um personagem simples de uma região humilde, mas uma pessoa importante que teve impactos em regiões específicas. Em cada região é vista a forma que Deus agiu através da vida de Cristo. Deus está agindo em todos os evangelhos, Deus não está ausente, ele está perto e agindo.

No primeiro versículo do Evangelho de Marcos (Mc 1.1), é vista a forma com que ele apresenta seu conteúdo. Esse verso pode ser considerado o título da obra marcana, e no decorrer de seu Evangelho, os argumentos são estruturados com os termos que se iniciam. O título declara que toda a narrativa que se segue é o início da história que continua no tempo e audiência do autor. Termos como Evangelho, Cristo, Filho de Deus e Reino, são importantes para a forma com que Marcos estrutura sua obra, como também, seu pensamento teológico. “Os escritos da Antiguidade normalmente começam com uma dedicação formal descrevendo o propósito do livro ou com uma linha de abertura tratando do primeiro assunto discutido” (EDWARDS, 2018, p. 51).

O Evangelho de Marcos começa com uma afirmativa da natureza e do conteúdo do livro. Refere-se a um Evangelho, uma proclamação de boas notícias de triunfo e libertação.

No início da escrita de Marcos (Mc 1.1), vemos a forma como ele apresenta seu propósito. De acordo com Leon Morris, “Foi assim que tudo começou, ele está dizendo, e o que começou ele define como evangelho” (MORRIS, 2009, p. 113).

A palavra “princípio” ( $\alphaρχή$ ) que significa começo, aparece em Gênesis 1.1 e João 1.1, e Marcos escolhe essa expressão para mostrar a atividade de Deus na história. De acordo com James R. Edwards,

Marcos sem dúvida a escolheu como um lembrete da atividade de Deus na história: no princípio Deus criou o mundo; assim, também, a era do evangelho é manifesta quando o Filho de Deus se torna um ser humano em Jesus Cristo (EDWARDS, 2018, p. 51).

O termo “princípio”, que é utilizado por Marcos tem seu objetivo em mostrar que o Evangelho tem uma autoridade, isto é, autoridade de quem o Evangelho se origina, a saber, o próprio Deus, na qual é o autor e originador de tudo o que existe. Portanto, “princípio”, é uma forma de indicar o cumprimento da Palavra eterna de Deus. “Para Marcos, a introdução de Jesus não é menos grandiosa que a criação do mundo, pois, em Jesus, uma nova criação está à mão” (EDWARDS, 2018, p. 51).

De acordo com o pensamento marcano, o Evangelho é a história da salvação, entretanto, esse termo *Evαγγέλιο* tem uma relação tanto com o Antigo Testamento, quanto com o pensamento entre os gregos. Ainda segundo Edwards,

O termo *euagelion*, tanto no Antigo Testamento quanto na literatura grega, era comumente usado para relatos de vitórias no campo de batalha. Quando os filisteus derrotaram as tropas de Saul no monte Gilboa, “enviaram mensageiros por toda a terra dos filisteus para proclamar a notícia (*euangelizesthai*) [...] no meio do seu povo”<sup>31.9</sup>; veja também 2Sm 1.20; 18.19,20; 1 Cr 10.9). o mensageiro que trouxe esse relato era o portador da “boa notícia”(2Sm 4.10; 18.26). o termo, entre os gregos, também era usado para a vitória na batalha, como também para outras formas de boas notícias. Em 9 a.C., na década do nascimento de Jesus, o aniversário de César Augusto (63<sup>a</sup>.C. – 14 d.C.) foi aclamado como *euangelion* (pl.). uma vez que César Augusto era aclamado como um deus, seu “aniversário assinalava o início das Boas-Novas para o mundo” (EDWARDS, 2018, p. 52).

No Novo Testamento, “*Evαγγέλιο*”, é uma boa notícia em Jesus Cristo, e não há outra mensagem (boas novas) além dessa que seja importante. Em Jesus Cristo as boas novas tanto de Deus, quanto das ações e dos ensinos de Cristo são expostas, sendo assim, o Evangelho é uma pessoa, Jesus Cristo o Filho de Deus. O Evangelho tem seu começo em Deus. “Marcos está escrevendo sobre algo que o próprio Deus fez. E é Jesus quem nos conta as boas notícias de Deus” (MORRIS, 2009, p. 113-14).

Conforme Udo Schnelle, “O Evangelho de Marcos tem uma orientação teocêntrica [...]” (SCHNELLE, 2017, p. 515). Deus (gr. Θεός) ocorre 48 vezes em Marcos, ou seja, isso serve para mostrar o aspecto central do pensamento marcano. Ainda segundo Udo Schnelle,

No campo semântico Θεός domina a expressão βασίλειο του Θεού (“Reino/domínio de Deus”); importante são, além disso, uiός του θεού (“Filho de Deus”, 4 vezes). Marcos esclarece a seus ouvintes/leitores que somente o Filho de Deus Jesus Cristo está autorizado a anunciar o Evangelho de Deus sobre o cumprimento do tempo e a proximidade do domínio de Deus. (SCHNELLE, 2017, p. 515).

É vista a forma com que Marcos começa sua estrutura teológica. Como prólogo do Evangelho cabe a função de um texto programático na abertura. No primeiro versículo do Evangelho de Marcos é visto uma grande relação entre as palavras, ou seja, uma relação entre a mensagem e o mensageiro. Conforme Schnelle,

A expressão com o genitivo (“Jesus Cristo, Filho de Deus”), não só deixa o protagonista da narrativa aparecer como o anunciador e o conteúdo do Evangelho, mas uma caracterização insuplantável instala o horizonte no qual é entendido a afirmação de que Jesus é o Cristo e o Filho de Deus (SCHNELLE, 2017, p. 515).

Essa ênfase está no fato de que Jesus Cristo prega como o Filho de Deus, o Evangelho de Deus, proximidade do Reino de Deus. A expressão Evangelho (*Evαγγέλιο*) está no genitivo, e isso é para mostrar onde está a origem do conteúdo, Jesus Cristo. O termo *εναγγέλιο του Θεού* (Evangelho de Deus; Mc 1.14) não é apenas o conteúdo do anúncio de Jesus Cristo (Mc 1.1) é, também, o *εναγγέλιο του Θεού*.

Para Marcos esse anúncio é teológico. A confissão cristológica da comunidade não é uma contradição, o domínio de Deus que está vindo diz respeito tanto ao conteúdo do Evangelho como são as ações e as palavras de Jesus Cristo, na qual para Marcos Jesus Cristo não é apenas uma figura da história, mas o Filho de Deus crucificado, morto e ressuscitado. Cristo é o conteúdo do Evangelho, cujo autor é Deus.

Jesus Cristo é o conteúdo do Evangelho e no decorrer dos próximos versículos (2 e 3), é visto uma cotação de Éxodo, Isaías e Malaquias, que servem para mostrar a ênfase que o autor está dando na história de Jesus Cristo. De acordo com Robert Alter e Frank Kermode, “Esses três versículos traçam uma extensão temporal muito maior do que a vida narrada de Jesus” (ALTER e KERMODE, 1997, p. 439). Marcos apresenta Jesus como o Filho de Deus no versículo 1. Essa afirmação aparece mais uma vez no versículo 9, na qual é designado como Filho amado pela voz divina, ou seja, pela voz do próprio Deus. De acordo com Schnelle,

No Evangelho de Marcos, o próprio Deus define sua relação com Jesus. A *voz celestial* em Mc 1,11 (“Tu és o meu Filho amado, em ti me comprazo”) e 9,7 (“Este é meu Filho amado; ouvi-o!”) qualifica, legitima e autoriza Jesus diante dos ouvintes/leitores do evangelho e do mundo inteiro (SCHNELLE, 2017, p. 517).

Marcos estrutura muito bem seu Evangelho com esse argumento, comprovando o relacionamento entre o Filho Jesus, com o Pai, Deus. O primeiro versículo serve como cabeçalho para o restante do capítulo.

No Antigo Testamento, em Gênesis 1.1, Deus começa com o princípio, na qual desde os tempos antigos Deus sempre esteve em ação fazendo algo pelo seu povo. Em Marcos 1.1, o texto começa com o princípio, Deus continua fazendo algo pelo seu povo na pessoa do Filho, Jesus Cristo. No início da obra de Marcos é apresentado um título, ou seja, uma introdução sobre a pessoa de Cristo para os leitores. Esse título é a introdução do seu Evangelho, e nessa introdução Marcos articulou seu pensamento teológico.

## Considerações finais

A presente pesquisa inclinou-se ao título *a forma literária do Evangelho e a estrutura teológica de acordo com Marcos*. Evangelho é uma forma literária que eram utilizados pelos romanos para anunciar o aniversário dos imperadores e as suas conquistas no sentido político. Essa forma literária da época não fornecia necessariamente detalhes biográficos completos sobre as personagens de que tratavam, apenas eram incluídos alguns relatos importantes à narrativa da sua história.

Apesar dessas semelhanças, há diferenças suficientes para se propor que o Evangelho de Marcos constitui um gênero singular em relação as escritas romanas da época e em relação aos outros evangelistas no sentido de suas estruturas teológicas e linguísticas.

## Referências

- ALTER, Robert. *A arte da narrativa bíblica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_; KERMODE, Frank. *Guia literário da Bíblia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.
- BROW, Raymond E. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 2019.
- DUNN, James D.G. *Jesus, Paulo e os Evangelhos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- EDWARDS, James R. *O comentário de Marcos*. São Paulo: Shedd Publicações, 2018.
- HURTADO, Larry W. *Senhor Jesus Cristo: Devoção a Jesus no Cristianismo Primitivo*. Santo André: Academia Cristã/Paulus, 2012.
- MARCUSCHI, Luiz A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

- MORRIS, Leon. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2009.
- OSBORNE, Grant R. *Marcos*. São Paulo: Vida Nova, 2019.
- PENNINGTON, Jonathan T. *Lendo os Evangelhos com Sabedoria: Uma introdução narrativa e teológica*. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2019.
- RYKEN, Leland. *Formas Literárias da Bíblia*. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Para ler a Bíblia como literatura*. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.
- SCHNELLE, Udo. *Teologia do Novo Testamento*. Santo André: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2017.
- ZUCK, Roy B. *A interpretação Bíblica: Meios de descobrir a verdade da bíblia*. São Paulo: vida Nova, 2020.



Wanderson Logiudice

### Sobre o autor

Mestrando em estudos bíblicos e teológicos no Novo Testamento pelo Seminário Jonathan Edwards – STJE; Graduado em Letras pela Faculdade FAVENI; Mestre em Hermenêutica e Pregação Bíblica pelo Seminário Betel Brasileiro, São Bento – SP; Pós-Graduado no Novo Testamento pelo STJE/UNIFIL; Bacharel em Teologia pelo Betel Brasileiro, Santo André – SP.

# A imprensa e a Reforma Protestante: meios para tornar conhecidos os ensinos e princípios reformadores

*Eliabe Deyvison*



## Introdução

Observando o conhecimento por vias históricas, nem sempre ele esteve disponível para todas as pessoas, pois dominar o saber e controlar sua divulgação gera controle das grandes massas. Portanto, eram guardados para o uso de algumas pessoas e colocado fora do alcance da maioria dos homens (SILVA, 2016, p. 02). Apenas os que eram iniciados na administração ou sacerdócio, poderiam ter acesso ao conhecimento. Pois, o saber era concebido como sagrado e as divindades permitiam a poucos mortais.

Devido às questões de natureza física e naturais do tempo, bem como culturais, surgiu a primeira modificação do suporte, passando do material argiloso para o papiro que mais tarde foi substituído por uma nova tecnologia denominada de pergaminho. Mudança que claramente foi efetuada devido a questões políticas como as guerras, que impediam a chegada do material necessário para a transcrição e inscrição nos documentos.

Em Roma, a característica particular dos acervos permaneceu aparecendo também como espólios de Guerra, e nesses, eram as obras helênicas que formavam substancial formação intelectual aos aristocratas romanos. Já no medievo, onde os mosteiros serviam como lugares de estudos para copistas, e de bibliotecas para os monges, o manejo do livro era estimulado por parte da igreja.

Foi em lugares como esse que promoveu-se a formação de muitos eruditos da época, e com o crescimento das cidades foram os responsáveis por darem continuidade aos estudos, sendo as escolas catedrais a base para a formação das universidades. Portanto, antes mesmo do período moderno, o livro pôde garantir ao cristianismo a manutenção da ortodoxia e ortopraxia.

Entretanto, com a aparição do novo suporte para a escrita, o papel, que a circulação e organização dos grandes acervos ficou facilitada. É onde percebemos uma maior inserção daqueles que não compuseram as comunidades administrativas ou sacerdotais, na aquisição de obras literárias provenientes das impressões no período da Reforma. “Assim, os que podem, criam espaço em casa para acomodar os volumes que adquirem. No século 16 o livro já era comum, o que está demonstrado por pinturas da época.” (SILVA, 2016, p.16).

## O período da reforma e a imprensa

ameaçado de morte, ele escondeu-se sob a proteção de seus seguidores e admiradores, aproveitando esse tempo de “exílio” para traduzir a Bíblia para o alemão, tal qual fizera Wycliffe para o inglês, abrindo-a ao exame de todos. O desejo de conhecer as Escrituras produziu uma corrida das massas ignorantes em busca da alfabetização, abrindo caminho para o desenvolvimento cultural da Europa. (FERREIRA, 2017, p. 31).

O que observamos no século 16, é um crescimento considerável de escritos e uma multiplicação das impressões de obras da Antiguidade clássica e suas traduções, porém, as literaturas de espécie religiosa continuavam-se ainda a serem impressas. Segundo Febvre (2017), é sob a ação de Erasmo, de Lefevre e de seus amigos, que toda uma literatura começa a se constituir em torno dos textos sagrados. Por isso, as obras de cunho religioso continuam a ser impressas em grande número no início deste século - possivelmente ainda maior do que no século anterior.

Ainda devido ao evento de 1517, há uma certa mudança nas aquisições livrescas religiosas, Febvre (2017) afirma que no total, os livros desse gênero quase não atingem, até cerca de 1520, senão os círculos religiosos letrados e de humanistas. Porém, por conta das alterações brutais que moveram as paixões, passaram a pôr os problemas religiosos em primeiro plano de onde surge o que hoje poderia ser chamado de uma campanha de imprensa.

Apontando para a coesão e a conquista do povo por meio do livro, Febvre e Martin afirmam que:

Um livro só talvez nunca tenha convencido ninguém. Mas se ele não convence, o livro é em todo caso a prova tangível da convicção, que ele materializa por sua posse; ele também fornece argumento àqueles que já estão convencidos, permite-lhes aprofundar e precisar sua fé, dá-lhes os elementos que os ajudarão a triunfar nas discussões, a reunir os hesitantes (FEBVRE; MARTIN, 2017, p. 395).

Por essas razões expostas, é que o livro desempenhou um papel fundamental nesse período, e no desenvolvimento do protestantismo. Pois, é da prensa que Lutero e Calvino se serviram tão bem para difundir os novos dogmas, e sobre tudo, sistematizar os textos sagrados e por eles nas mãos de cada um e em sua própria língua. É também por meio da imprensa, graças aos editais e cartazes, que o público foi informado das ações dos reformadores, das controvérsias, dos progressos das “heresias” e das medidas que foram tomadas para combatê-las.

Acredita-se que, cada grande episódio da Reforma possuiu um edital. Quando Lutero começou a lutar contra o tráfico de indulgências, o ato que marca o início da luta, mais do que sermões cujas palavras passam, foi edital afixado em 31 de outubro de 1517 na porta da Capela dos Agostinianos de Wittenberg (FEBVRE; MARTIN, 2017, p. 397).

As proporções atingidas pelos escritos de Lutero o espantaram e ao mesmo tempo apresentam uma Alemanha que estava à espera de apenas um sinal para revelar seus desejos escondidos, este sinal estaria sob a tutela de divulgação da imprensa. O monge, ao mesmo tempo que respondia em latim aos teólogos da época, também escreveu em alemão com o objetivo de atingir um público cada vez maior, multiplicando seus sermões, os livros de edificação, e as obras polêmicas na língua de seu país de origem.

Essas ações só foram possíveis por conta de que em Wittenberg saíam os livrinhos manipuláveis, leves, porém de uma tipografia clara, possuindo títulos nítidos e inscritos com um bom enquadramento seguindo a maneira alemã, trazendo no topo da obra o nome do autor. E em alguns, um retrato gravado do reformador que permitiu que o povo o conhecesse. A Alemanha logo se inflama com tamanha divulgação das obras luteranas.

Os livros impressos de Lutero são singularmente numerosos, pode se afirmar que eles representam no total mais de um terço dos escritos alemães vendidos entre 1518 e 1525. A partir disso, a maior parte das impressoras alemãs se consagraram à publicação dos escritos reformados. Boa parte, por puros interesses financeiros, haja vista que as obras revolucionárias dos agitadores geravam um grande lucro, e aqueles que não se adaptaram a essa mudança perdiam espaço no comércio e seus clientes. “Lutero ao contrário, faz fortuna de seus impressores” (FEBVRE; MARTIN, 2017, p. 399).

Mesmo diante de uma luta travada contra o catolicismo, Lutero prossegue nos seus escritos “perigosos”, consultando amigos como Melanchton, publicando obras de maneira sucessiva, como por exemplo, o Antigo Testamento com oitenta e sete edições em alto-alemão e dezenove em baixo-alemão de seu Novo Testamento, entre 1519 e 1535.

Os resultados dessas ações do teólogo foram conhecidas, pois as regiões mais humildes de cardadores e tecelões foram alcançadas pelo Evangelho, e isso também fora resultado das metodologias adotadas pelos huguenotes, que se reuniam em círculo para ler, comentar a própria Bíblia e cantar hinos. Tudo acessível aos que não sabiam ler, essas ações ocorreram tanto na França como na Alemanha, lugares onde se originaram as igrejas reformadas.

## Considerações finais

O historiador Carlo Ginzburg, afirma que a memória é algo plástico<sup>1</sup>, moldável. Por isso a recorrência a novos suportes e novas formas de armazenamento e divulgação do conhecimento. A possibilidade de abrangência cada vez maior por meio dos livros já impressos em papel, contribuiu para a animosidade dos reformadores e de muitos que os seguiram na empreitada de combater o poderio católico.

---

<sup>1</sup>GINZBURG, Carlo. **Da Memória a História**. Youtube, 2010.

A importância da pesquisa se encontra no fato de compreendermos não apenas o evento escolhido, mas também as dinâmicas dos reformadores e dos livreiros, bem como das tipografias e sua expansão. E o quanto o livro torna-se algo comum entre as pessoas, mesmo ainda sendo objeto de luxo por um bom tempo, o que levou muitos a uma busca por letramento para compreensão das verdades e princípios cristãos expostos escritos dos reformadores e na própria Bíblia.

## Referências

FEBVRE, Lucien. O livro: este fermento. In: FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2017. Cap. 8. p. 345-427. Tradução de: Fulvia Moretto e Marisa Midori.

FERREIRA, Paulo. *A reforma em quatro tempos: desdobramentos na Europa e no Brasil* (Rio de Janeiro: Cpad, 2017). 111 p.



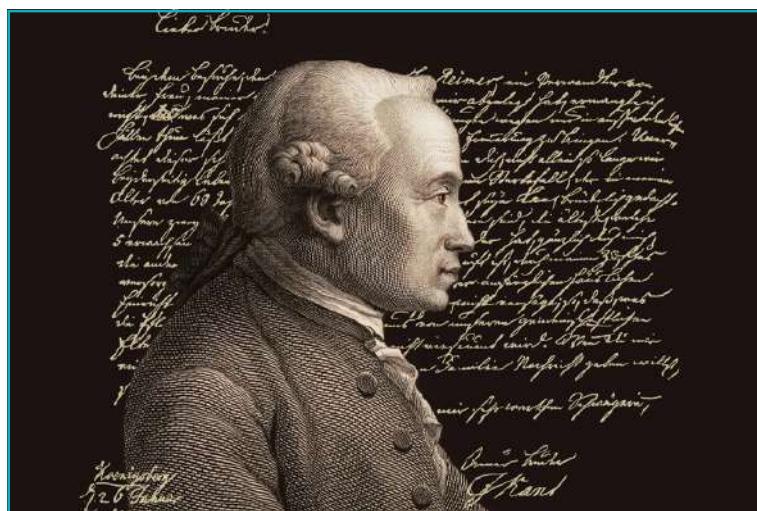
Eliabe Deyvison

### Sobre o autor

Professor e graduando em História pela Universidade Federal de Pernambuco, e em Filosofia pela Universidade Estácio de Sá. Cristão e membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco (IEADPE), que durante seis anos atuou como docente da Escola Bíblica Dominical no município do Cabo de Santo Agostinho, mas atualmente se encontra como dirigente da EBD em Nova Claudete. Faz parte do rol de obreiros da IEADPE como Auxiliar Oficial.

# Iluminismo, doutrina e tradição: a necessidade do resgate da doutrina para a identidade cristã

*Felipe de Souza Marques*



## Introdução

O presente artigo aborda a relação entre o preconceito iluminista contra a tradição e o enfraquecimento da doutrina no cristianismo moderno.

O objetivo é apresentar a necessidade de resgatar a doutrina como definidora da identidade cristã, mesmo em um período cultural marcado pela suspeita em relação ao papel da doutrina e da tradição.

Kevin Vanhoozer, importante teólogo cristão, ressalta o desaparecimento da doutrina na igreja cristã contemporânea (VANHOOZER, 2016, p. 11). As causas para isso, como ele mesmo apresenta, são variadas. Nesse sentido, o Iluminismo inaugurou muitos dos dilemas que vivenciamos atualmente em relação ao papel da doutrina e da tradição, conforme será apresentado. O pensamento Iluminista produziu efeitos profundos na sociedade e também no cristianismo e, por isso, é motivo de constante análise.

Para tal investigação, o presente artigo se estruturará em três tópicos. No primeiro, será abordada a relação do Iluminismo com a doutrina e a tradição. No segundo tópico, a necessidade do resgate da doutrina como definidora da identidade cristã. Por fim, o artigo se encerrará com as considerações finais.

## 1. O iluminismo e a suspeita com a doutrina e a tradição

Diante da amplitude do movimento Iluminista, não é tarefa fácil trazer uma definição definitiva ou que englobe todos os seus aspectos. Para McGrath, o Iluminismo é caracterizado por uma nova postura em relação ao uso da razão, instrumentalizada para o combate aos mitos que, segundo eles, impediam a sociedade de alcançar o tão desejado progresso (MCGRATH, 2005, p. 125).

O dicionário de cristianismo e ciência destaca algumas características principais do Iluminismo, entre elas, a forte ênfase na autonomia da razão e da ciência para chegar ao conhecimento das grandes questões humanas e a crença no progresso da humanidade (COPAN, 2018, p. 411).

Com sua forte ênfase em torno da suposta autonomia racional individual e da primazia das experiências sensoriais presentes, o Iluminismo plantou uma grande dúvida em relação ao conhecimento oriundo da tradição (MCGRATH, 2015, p. 166). Conforme colocado por McGrath, o Iluminismo carregava a pretensão de alcançar um ponto de vista livre e universal, autorizado para avaliar todas as doutrinas e tradições do passado e do presente enquanto estava cego para a ideia de que o próprio Iluminismo fazia parte de uma tradição específica (MCGRATH, 2015, p. 215).

Conquanto alguns ainda tentem sustentar que o Iluminismo foi o despertar para a iluminação humana, muitos autores já chamaram a atenção para o fato de que o Iluminismo trouxe uma nova história, com seu próprio corpo doutrinário e sua própria tradição. N.T. Wright observou que o conflito entre o Iluminismo e o cristianismo teve sua origem na percepção de que a história definitiva para a transformação do mundo é a da Europa do século 18, não a de Jesus de Nazaré (WRIGHT, 2019, p. 179). Segundo ele, a consequência foi a redução do cristianismo a um conjunto de ensinamentos morais (WRIGHT, 2019, p. 180).

A dúvida lançada contra a tradição foi um desenvolvimento natural do individualismo, característica crucial do Iluminismo. A experiência presente é colocada em um pedestal de confiança, enquanto os ensinamentos que recebemos

são sempre duvidosos (MCGRATH, 2015, p. 166). A confiança dos pensadores Iluministas fica particularmente evidente nesse ponto, visto que assumiam a possibilidade da aceitação de algumas tradições, contanto que fossem corrigidas. A pergunta inevitável é: Corrigidas segundo qual parâmetro? Segundo a experiência contemporânea (MCGRATH, 2015, p. 167). Diante disso, podemos entender a crítica Iluminista aos milagres. O pano de fundo é a profunda confiança na autonomia da razão humana e a suspeita com o passado.

Essa racionalidade exclusiva, crença de que nenhum tipo de conhecimento merece confiança a menos que seja possível provar por meio da experiência, trouxe sérias limitações para a vivência tão multifacetada que carregamos conosco. Em primeiro lugar, não conseguimos sustentar esse padrão para toda a existência. Alguém assim não conseguiria acreditar em praticamente nada (KELLER, 2018, p. 51). Em segundo lugar, as estruturas de racionalidades não surgem num vácuo histórico, mas são formadas a partir de “fatores como a existência social e a linguagem, de modo que o ‘indivíduo racional autônomo’ — critério sobre o qual a epistemologia do Iluminismo deposita tanto peso — talvez precise ser entendido como um construto social” (MCGRATH, 2015, p. 169).

Todo o preconceito Iluminista com a tradição acabou por formar um ambiente favorável ao enfraquecimento doutrinário, isso porque “como a doutrina decorre do confronto com a tradição relativa a Jesus de Nazaré, doutrina e história são inseparáveis” (MCGRATH, 2015, p. 202). Embora a discussão sobre a relação entre doutrina e tradição esteja em aberto, nós recebemos a fé cristã “por meio da tradição histórica, transmitida e propagada por meio de uma comunidade de fé” (MCGRATH, 2015, p. 202). Portanto, a premissa antirtradição do Iluminismo também é uma reação antidoutrinária.

O que significa, então, dizer que houve um enfraquecimento doutrinário? Significa que a história de Jesus de Nazaré deixou de ser o *explicandum* (termo utilizado por McGrath) basilar para a identidade cristã. Outras histórias passaram a ser a pedra angular, ocasionando uma deturpação e fragmentação da identidade cristã ligada à história de Jesus de Nazaré.

Se as formulações doutrinárias eram condicionadas historicamente e a razão humana era suficiente, como propuseram os iluministas, os cristãos deveriam abandonar ou reconstruir as doutrinas cristãs à luz da razão e da experiência, lócus da autoridade a partir do Iluminismo. Algumas consequências teológicas foram

a reinterpretação da identidade de Jesus Cristo, a reflexão sobre a possibilidade dos milagres e o surgimento de movimentos teológicos seguindo diversas linhas, como o romantismo, o marxismo, o protestantismo liberal e a teologia da libertação (MCGRATH, 2005, p.129 – 155).

Todas essas linhas são caracterizadas por um rompimento com o passado e o enfraquecimento de doutrinas do núcleo mais duro do cristianismo. A doutrina seria, nesse novo contexto, ora relegada ao ostracismo, ora diluída até o limite.

## 2. A necessidade de resgatar a doutrina como definidora da identidade cristã

Segundo Vanhoozer, a doutrina não é um assunto meramente abstrato e sem concretude, mas “a essência da vida real” (VANHOOZER, 2016, p. 18). Se, para os cristãos, a verdadeira vida está em Cristo, “o propósito da doutrina é conduzir-nos com precisão por esse caminho” (VANHOOZER, 2016, p. 18).

A doutrina faz afirmações de verdade (MCGRATH, 2015, p. 55) e orienta nossa atuação no grande drama da redenção (VANHOOZER, 2016, p. 118). Como seres finitos e dotados de uma localização histórica limitada, não temos todas as opções diante de nós e tampouco podemos conhecer todas as coisas, seja por meio da razão ou da experiência sensorial. Como colocou Vanhoozer, “sem ajuda, a razão não pode nos dizer por que estamos aqui nem o que devemos fazer” (VANHOOZER, 2016, p. 17). Da mesma maneira, a experiência. Sem ajuda, ela não pode nos dizer por que estamos aqui nem o que devemos fazer.

A crise moderna da falta de sentido é também a crise do sumiço da doutrina, visto que “a doutrina cristã, consequência ponderada da busca de entendimento bíblico empreendida pela fé, responde a cada uma dessas condições culturais e espirituais” (VANHOOZER, 2016, p. 18).

Se a doutrina, como pontuou McGrath, confere identidade à comunidade (MCGRATH, 2015, p. 56), a ausência da doutrina insere essa comunidade em um vácuo existencial. Contudo, “tanto a natureza quanto a sociedade abominam o vácuo, e há muitas ideologias e agendas esperando para correr e encher a mente e o coração dos descompromissados” (VANHOOZER, 2016, p. 19). Portanto, o resultado natural de uma igreja que abdicou da doutrina é a importação de outras histórias como definidoras para a identidade da comunidade.

## Considerações finais

O Iluminismo deixou sua marca tanto na sociedade quanto na igreja do mundo moderno. Desde o seu surgimento, a tradição e a doutrina enfrentaram um forte enfraquecimento, ocasionando diversas introduções ideológicas e narrativas na comunidade cristã, bem como uma crise existencial oriunda da falta de direção.

Sem a doutrina, a diferenciação da igreja em relação ao mundo e o cumprimento de sua tarefa exclusiva ficam nitidamente prejudicados. Desde o primeiro século, a igreja se diferencia de qualquer outra instituição humana por meio da demarcação da doutrina (MCGRATH, 2015, p. 59). A conclusão natural, assim, é que, desprovida da doutrina, a igreja deixa de realizar sua tarefa exclusiva e perde sua identidade particular, recebida por intermédio de seu “compromisso com a história de Jesus” (VANHOOZER, 2016, p. 109).

## Referências

- COPAN, Paul. *Dicionário de cristianismo e ciência*: obra de referência definitiva para a interação entre fé e ciência contemporânea. Trad. Paulo Sartor Jr. (Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018).
- KELLER, Timothy. *Deus na era secular*: como os céticos podem encontrar sentido no cristianismo. Trad. Jurandy Brawo (São Paulo: Vida Nova, 2018).
- MCGRATH, Alister E. *A gênese da doutrina: fundamentos da crítica doutrinária*. Trad. A.G. Mendes (São Paulo: Vida Nova, 2015).
- \_\_\_\_\_. *Teologia sistemática, histórica e filosófica*: uma introdução a teologia cristã. Trad. Marisa K.A. de Siqueira Lopes (São Paulo: Shedd Publicações, 2005).
- VANHOOZER, Kevin J. *O drama da doutrina*: uma abordagem canônico-linguística da teologia cristã. Trad. Daniel de Oliveira (São Paulo: Vida Nova, 2016).
- WRIGHT, Nicholas T. *Como Deus se tornou rei*. Trad. Elissamai Bauleo (Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2019).



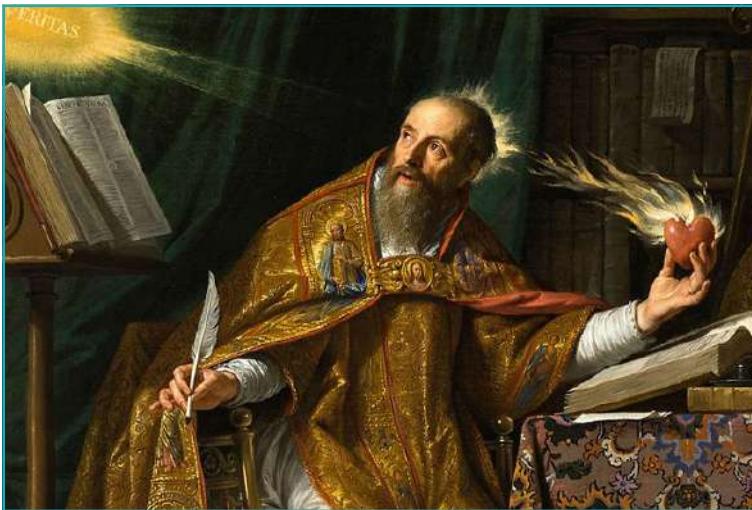
Felipe de Souza Marques

### Sobre o autor

Bacharel em teologia pelo Seminário Cristo para as Nações (Belo Horizonte – MG), pós-graduado em teologia aplicada pelo Centro Presbiteriano de Pós-graduação Andrew Jumper e pastor auxiliar na Comunidade Evangélica Projeto Vida para as Nações.

# O problema do mal em Agostinho e o Paradoxo de Epicuro

*Guilherme Augusto de Carvalho*



## 1. Introdução

O paradoxo de Epicuro, é um conceito que constantemente é discutido na filosofia e teologia. O argumento é muito usado para mostrar uma possível contradição de Deus, partindo do mal que há no mundo.

Este trabalho tem como proposta investigar o problema do mal, segundo Agostinho e entender todos os pressupostos e explicações quanto a sua origem focando no papel do livre-arbítrio humano no problema do mal e respondendo a principal pergunta: seria Deus o autor do mal? O primeiro objetivo da investigação é justamente compreender o quanto Deus ou o ser humano são responsáveis quanto ao problema do mal, de acordo com a perspectiva de Agostinho. E o segundo objetivo é entender o quanto o paradoxo de Epicuro é coerente ao dar respostas ao mal no mundo. Ao diagnosticarmos o problema à luz do pensamento do Hiponense, não só entenderemos a sua ideia, como também compreenderemos o quanto o homem ou Deus, são responsáveis pelo mal.

Abordei todos os pontos do problema do mal de Agostinho pesquisando as suas principais obras sobre o assunto, mas usei como livro principal a obra

*O livre-arbítrio*, além das obras de autores que empreenderam estudos sobre o problema do mal. 234

## 2. O problema do mal

Nascido em Tagaste, no ano de 354, Agostinho foi um dos grandes pensadores da igreja. Sua história pode ser dividida em duas partes, antes da sua conversão e depois. Sendo que antes, seus maiores interesses eram a filosofia e a retórica. Depois de ter se convertido, seus interesses mudaram, e ele passou a se dedicar aos estudos da Bíblia e da filosofia (MONDIN, 2018, p. 146-147). Bertrand Russell complementa pontuando que: “Santo Agostinho foi autor assaz copioso, de modo especial no que diz respeito a temas teológicos” (2015, p. 69). Com a conversão, foi inevitável usar seu conhecimento e todo o seu intelecto na teologia, discorrendo sobre os principais pontos, e entrando em embates teológicos em nome da fé cristã. Sobre a doutrina e principais influências, Battista Mondin complementa:

[...] A visão filosófica agostiniana é resultado da exigência de encontrar uma base racional para a fé cristã. Para atingir este objetivo, Agostinho recorre à filosofia de Platão, obtendo assim uma visão que aparece propriamente qualificada como platonismo cristão (2019, p. 230).

É em Platão, no denominado platonismo cristão, que Agostinho tem as suas principais influências. Onde ele usa, com o propósito de racionalizar a fé, a filosofia para assim chegar a este objetivo.

Outro ponto importante de Agostinho é que ele foi um dos pensadores que defendeu a ideia de não ser contraditório o fato de existir um Deus bom, todo poderoso e onisciente, e o mal. Dono de um intelecto acurado, foi autor de inúmeras obras, dentre elas está o livro *O livre-arbítrio*, que entre muitos assuntos, o problema do mal é um dos temas centrais (MONDIN, 2018, p. 147-148). E Agostinho inicia este livro com uma pergunta, por meio do seu interlocutor Evódio, que será a peça-chave para este trabalho: “Diz-me, por favor, não é Deus o autor do mal? (2001, p. 81).

## 3. O paradoxo de Epicuro

No período helênico, as duas principais escolas foram as escolas dos estoicos e a dos epicuristas. Os dois fundadores destas escolas, Zenão e Epicuro, nasceram na

mesma época, sendo que ambos se estabeleceram em Atenas. Tendo sofrido por conta de sua saúde frágil, através de sua força de vontade e força, Epicuro aprendeu a suportar, sendo ele, e não os estoicos, o primeiro a afirmar que seria possível ser feliz mesmo em meio a dor e ao sofrimento (RUSSELL, 2015, p. 299).

Epicuro foi um grande filósofo grego, nascido em Samos, teve como principais influências Demócrito e os atomistas. Viveu a vida de modo simples, tendo como principais ênfases os prazeres mentais ao invés dos físicos (CHAMPLIN, 2013, p. 402). Bertrand Russell complementa sobre a filosofia de Epicuro, resumindo que:

A filosofia de Epicuro, a exemplo de todas aquelas de sua época (com a parcial exceção do ceticismo), tinha como principal objetivo garantir a tranquilidade. Ele considerava bom o prazer e aderiu, com notável consistência, a todas as consequências dessa visão. “O prazer”, disse, “é o começo e o final da vida bem-aventurada” (RUSSEL, 2015, p. 302, 303).

Tendo vivido em Atenas uma boa parte da sua vida, em um tempo onde a cidade estava mergulhada em um período de pobreza e miséria, Epicuro foi ao local com o intuito de restabelecer a ordem. Por conta de toda a miséria e pobreza, inúmeras seitas, credices e aproveitadores se fizeram presentes a fim de procurar o sucesso e ganhar vantagem sobre as pessoas (RUSSEL, 2015, p. 303).

Sendo influenciado por Platão e Sócrates, Epicuro fundou uma comunidade-escola, tendo como ênfase, ser aberta a todos. Com isso, e sem qualquer preconceito, homens, mulheres, senhoras, cortesãs e prostitutas, frequentavam o local, tendo todos plena igualdade. O que não demorou para que os de fora acreditassem que Epicuro dava festas e eventos obscenos. Coisa que não era verdade, já que neste local, o que Epicuro cultivava era apenas a harmonia (SPINELLI, 2013, p. 7, 8).

O Paradoxo de Epicuro é um conceito muito usado por filósofos a fim de justificar o mal e a inexistência de Deus, contudo, é importante pontuar que não há provas quanto a autoria do paradoxo e muito menos ele consta em seus escritos. O trilema foi atribuído a Epicuro por Hume em seu livro *Diálogos sobre a religião natural*, sendo que será a partir desta obra que o paradoxo será trabalhado. O paradoxo pode ser resumido como: “A Divindade quer evitar o mal, mas não

é capaz disso? Então ela é impotente. Ela é capaz, mas não quer evitá-lo? Então ela é malévola. Ela é capaz de evitá-lo e quer evitá-lo? De onde, então, provém o mal?” (HUME, 1992, p. 136).

O homem não cansa de buscar explicações, a questão é entender se tais sentenças são justas ou apenas esconde, de alguma forma, uma responsabilidade que o homem não quer assumir. Sobre os critérios para se encontrar a verdade, Battista Mondin resume que:

Para Epicuro, como para os sofistas, o conhecimento sensitivo é o fundamento de qualquer outro conhecimento; também a razão depende dos sentidos e, se os sentidos se enganam, a razão está condenada a errar. Logo, o critério (cânon) último da verdade é a sensação (2018, p. 123).

Resta sabermos se o conhecimento sensitivo é suficiente para encontrarmos as respostas para os problemas. Com isso, Epicuro, por conta de sua filosofia, terminou rejeitando tanto o pensamento de Platão e o mundo das ideias, que trabalhava com o fato de que o conceito era o retrato das ideias existentes no mundo inteligível, quanto o de Aristóteles e a sua concepção de natureza e essência das coisas (MONDIN, 2018, p. 123). Ainda sobre o pensamento de Epicuro, Bertrand Russell complementa: “Essa teoria geral dá origem a uma concepção de bem-viver bastante diferente das de Sócrates e Platão. Toda a tendência aponta para um afastamento da atividade e da responsabilidade” (RUSSELL, 2017, p. 140). É preciso em alguns momentos dar mais ênfase à reflexão ao invés dos sentidos, para que assim, as respostas coerentes surjam e façam sentido.

Epicuro também criticou a religião, uma crítica que foi retomada por Lucrécio. Ambos afirmavam que a religião é uma fabulação, é algo ilusório e supersticioso. Tendo a sua origem no medo da morte e da natureza. Alguns filósofos posteriores a Epicuro e a Lucrécio, retomam o assunto, afirmado que a religião tem o seu início na superstição. Por conta do medo, os homens se refugiam na esperança de que algo bom virá (CHAUI, 2014, p. 235).

Bertrand Russell, um grande filósofo crítico da religião, em seu clássico livro *Por que não sou cristão*, afirma, trazendo à tona o pensamento de Lucrécio afirmando que: “Minha visão pessoal a respeito da religião é a mesma de Lucrécio. Vejo-a como uma doença derivada do medo e como fonte de tristeza incalculável

para a raça humana” (RUSSELL, 2016, p. 46). Por fim, parece que o eco de Epicuro e Lucrécio, reverberou e ainda reverbera em nossos dias. Um Deus bom e o mal, não convivem. A religião não busca ajudar, na verdade, ela é apenas um instrumento de alienação, segundo estes pensadores.

#### 4. O mal e o livre-arbítrio em Santo Agostinho

Foi com aproximadamente 19 anos de idade que Agostinho se deparou com o problema do mal, por conta da leitura do livro *Hortensius* de Cícero. Neste tempo, para Agostinho, o mal era um paradoxo, sem possíveis explicações, o que o levou a ir em busca de respostas aos seus questionamentos. Por conta disso, ele mergulhou no maniqueísmo, mas não conseguiu soluções neste sistema de pensamento. Encontrando respostas apenas na fé, através do pensamento dos neoplatônicos e principalmente na reflexão de Plotino (COSTA, 2012, p. 33-35). Diogenes Allen e Eric Springsted, complementam um ponto importante sobre Plotino:

Plotino mesmo teve uma intensa e imediata consciência do esplendor, da força e da solidez da realidade espiritual. Seus escritos, não obstante obscuros e difíceis, exerceram um poderoso efeito sobre aqueles que os estudaram. Agostinho reconhece os efeitos dele sobre ele. Eles o capacitaram a compreender que as realidades espirituais existem e que têm prioridade sobre as sensíveis (2017, p. 102).

O filósofo Plotino, um egípcio que falava grego, era um monista, que acreditava que a realidade era um gigantesco sistema de hierarquias, com vários níveis. Tendo como princípio de tudo Deus, sendo designado como Uno. Estando Deus distante de tudo, ele também é a fonte de onde o ser se origina (KELLY, 2009, p. 15).

Foi este filósofo neoplatônico que fez Agostinho ver a questão com uma óptica bem mais ampla do que a dos maniqueístas. O seu pensamento serviu como ponto de partida para a busca de respostas do problema que o afligia. O próprio Agostinho complementa a questão do dualismo do maniqueísmo afirmando que:

Ah! Suscitas precisamente uma questão que me atormentou por demais, desde quando era ainda muito jovem. Após ter-me cansado inutilmente de resolvê-la, levou a precipitar-me na heresia (dos maniqueus), com tal violência que fiquei prostrado. Tão ferido, sob o peso de tamanhas e tão inconsistentes fábulas, que se não

fosse meu ardente desejo de encontrar a verdade, e se não tivesse conseguido o auxílio divino, não teria podido emergir de lá nem aspirar à primeira das liberdades – a de poder buscar a verdade (2019, p. 28)

Por conta de sua sede por explicações e tendo conseguido forças em Deus, Agostinho não aceitou as ideias que até aquele momento, o maniqueísmo oferecia. Definir o problema usando a visão dualista, para o hiponense, é deixar o cerne da questão sem solução.

O maniqueísmo, tem como fundador o profeta Mani, que apesar de ter sido conhecido como o fundador de uma heresia cristã, alguns estudiosos vão pontuar que a sua religião apenas havia elementos cristãos, fundidos com o budismo e o zoroastrismo. De forma resumida, é possível definir o maniqueísmo como uma religião com aspectos semelhantes com o gnosticismo. Tinha como ponto principal o dualismo, que acreditava que a realidade poderia ser definida por duas grandes forças eternas e poderosas. O bem, atribuído a Deus, a verdade e a luz. E o mal, que seria a matéria. O homem, que é da mesma essência de Deus, por estar vivendo na ordem material, está caído, exilado do mundo da luz. Sendo que a salvação é conseguida através de uma vida asceta, afastando-se de impurezas e contaminações carnais (KELLY, 2009, p. 10-11). Marcos Roberto Nunes Costa complementa o assunto afirmando que:

Para explicar a origem do universo o maniqueísmo criou um sistema dualista, no qual aparecem dois princípios ontológicos originantes do cosmo: a luz (o Bem) e as trevas ou a matéria (o Mal), ambos de natureza corpóreas, criadas ou coeternas, com iguais poderes de criação, ou melhor, de emanações (COSTA, 2012, p. 33).

A vida e o existir, para o maniqueísmo, era fruto de um embate eterno entre duas forças, sendo que o homem, por conta desta batalha, sofria e precisava, através de várias práticas, vencer estes problemas.

Agostinho, indo de encontro a este dualismo, vai se opor ao argumento partindo da narrativa bíblica que o mundo foi criado do nada. É por isso que ele afirmou que tudo, desde a matéria até os seres vivos, foram criados por Deus (COSTA, 2012, p. 36). Agostinho complementa, em resposta ao maniqueísmo, afirmando que:

Existem aqueles que, não conseguindo entender que toda natureza, isto é, que todo espírito e todo corpo são naturalmente bons, são movidos pela iniquidade do espírito e pela mortalidade do corpo e, por isso, ousam pretender introduzir outra natureza de espírito maligno e de corpo mortal, afirmando que Deus não a criou. Assim, achamos que o que dizemos possa levá-los a entender, pois eles admitem que todo bem não pode existir senão do sumo e verdadeiro Deus, o que é verdade e, se quiseram estar atentos a isso, basta para que se corrijam (2019, p. 22).

Quando falamos de Deus<sup>1</sup> como criador, é por conclusão lógica que Agostinho chega à conclusão de que ele é bom, já que ele é soberano e a fonte de tudo, inclusive do bem. Étienne Gilson complementa pontuando que: “Deus é, por definição e em virtude das provas que estabelecem sua existência, o soberano bem. Sendo o bem supremo, não há nenhum bem acima ou fora dele” (GILSON, 2010, p. 271). Com isso, se ele é a fonte de tudo, completo e infinito, ele não muda, não há qualquer oscilação ou possibilidade de variação. No livro *O livre-arbítrio*, Agostinho pontua que: “E ninguém terá de Deus um alto conceito, se não crer que ele é todo-poderoso e que não possui parte alguma de sua natureza submissa a qualquer mudança” (1995, p. 29). Por ser Deus eterno e imutável, ele não modifica, apenas o homem que muda, por ser criado.

Deus é eterno e não foi criado, por isso que ele é, e existe sem variação. Já o homem não, pois, por conta de sua condição de criado, incompleto, limitado, ele não tem parte com o ser e sim com o não ser. Existe uma falta, e consequentemente uma necessidade de ser, e de mudar (GILSON, 2010, p. 272).

Outro ponto importante, que resume porque Agostinho concluiu que não é Deus o autor do mal, é o fato que se o mal existe, ele deve ter um autor, pois nada existe sem um agente. Mas como Deus é bom, e se é ele que pune as injustiças e maldades, não pode ser ele o autor e ao mesmo tempo o punidor, com isso, Agostinho concluiu que o autor não pode ser Deus. Agostinho complementa:

---

<sup>1</sup>Como Deus é o único ser, tudo tem origem nele, e como ele é o Sumo Bem, tudo o que provém dele é bom. Desta forma, uma vez que, toda a criação, que tem origem em Deus, é boa. E por mais que existam categorias de bens, sendo uns maiores e outros menores, todos estes bens devem a sua existência à bondade divina. Agostinho não desliga a existência da bondade, pois entende como ontológica a bondade na natureza. A própria existência já justifica a sua bondade (BRANDÃO, 2019, p. 82).

Certamente, pois o mal não poderia ser cometido, sem ter algum autor. Mas caso me pergunes quem seja o autor, não o poderia dizer. Com efeito, não existe um só e único autor. Pois cada pessoa ao cometê-lo é o autor de sua má ação. Se duvidas, reflete no que já dissemos acima: as más ações são punidas pela justiça de Deus. Ora, elas não seriam punidas com justiça, se não tivessem sido praticadas de modo voluntário (2019, p. 25-26).

O homem erra de modo voluntário, e é punido por um Deus justo, que se assim o é, não pode ser o punidor e ao mesmo tempo o autor do pecado e do mal.

Se tudo foi criado e é gerido por um ser divino e bom, o mal físico não pode existir, não pode ser uma substância e sim, um “não ser”, uma deturpação do que é bom. Agostinho acreditava que o mal ontologicamente não existia, ele era uma ferrugem no bem. A ausência do bem que ele deveria ser. Com isso, o mal não existe (COSTA, 2012, p. 36). Franklin Ferreira complementa, usando a citação de Agostinho: “Quando, então, se pergunta de onde vem o mal, deve-se primeiro indagar o que é o mal e este não é outra coisa senão a corrupção, seja da medida, da forma ou da ordem que pertence à natureza” (apud FERREIRA, 2007, 136). O mal, ontologicamente, não existe. Segundo Agostinho, ele é uma corrupção, um “não ser”. A única coisa que existe é o bem, sendo o mal, uma distorção, uma corrupção do bem criado por Deus. Battista Mondin complementa, explicando o ponto de vista de Agostinho:

Do exame das coisas que o homem denomina más, Agostinho chega à conclusão de que o mal não pode estar só, não pode subsistir, mas que deve existir em uma substância que, em si mesma, é boa. O mal é privação de uma perfeição que a substância deveria ter. Por isso, o mal não é realidade positiva, mas privação de realidade. Pode-se, pois, definir o mal como privatio boni (privação de [algum] bem) (MONDIN, 2018, P. 156).

O mal, para Agostinho, não vem de Deus, não é ele o criador e muito menos a causa, e sim, a privação, a falta da característica intrínseca que tal elemento deveria ter. Com isso, o mal não é uma realidade, ele não existe, ao contrário. O mal é a falta da realidade, é a anulação de uma característica, é a privação do bem, o mal é o não ser (MONDIN, 2018, p. 156).

Por não ser possível conceber o mal como algo que possua medida, espécie e ordem, o mal termina por não ser algo que é<sup>2</sup>, que exista de forma independente e sim, como uma deturpação, uma ferrugem no bem. O mal é algo que desconstrói o bem e não algo que ontologicamente existe. Sobre o conceito de natureza má, Agostinho conclui: “Denomina-se, pois, natureza má aquela que está corrompida, porque a que não está corrompida é boa. Mesmo assim, na qualidade de natureza ela é boa; por ser corrompida ela é má” (De nat. boni, 4). Molinaro complementa explicando que: “Resta que o mal pode-se entender só como privação do bem no ente, ou seja, como falta, oposição e negação de uma determinação devida ao ente que é bom: privação do bem devido” (2019, p. 89).

Contudo uma pergunta ainda restava para Agostinho responder, qual seria a causa: o que motivava o mal? A solução de Agostinho quanto ao problema do mal, se concentra no fato de que o homem possui o livre-arbítrio. Esta é a chave que o autor encontrou para concluir e responder por que o mal existe. Agostinho complementa que: “Se o caminho da verdade permanecer oculto, de nada vale a liberdade, a não ser para pecar” (AGOSTINHO, 1998, apud FERREIRA, 2007, p. 132). O homem sem Deus, distante da verdade, por conta do seu livre-arbítrio, segue pecando, fazendo o mal.

Segundo o autor, o mal é fruto da escolha humana. Agostinho mais uma vez resume pontuando que: “O livre-arbítrio somente é útil para a realização das boas obras se recebe assistência de Deus, que é concedida mediante oração e humildade no agir” (AGOSTINHO, 2006, apud FERREIRA, 2007, p. 133). É somente através da atuação divina, que o livre-arbítrio para o bem, faz sentido. Sem Deus, a fonte de todo o bem, o homem caminha para o mal, sempre e a todo o instante.

Quando Agostinho fala do homem, percebendo a sua capacidade em decidir, agir e fazer, ele conclui que não é só o livre-arbítrio que o homem possui, mas também a responsabilidade no que faz, por ser um homem livre. Não há como falar de mal, sem liberdade, caso contrário, seríamos robôs, sendo que onde há liberdade há também responsabilidade, o que isenta Deus do problema do mal. Agostinho explica: “[...] resta, portanto, que nenhuma outra realidade torna a

---

<sup>2</sup>De fato, conforme expõe Agostinho, natureza alguma é má como natureza, sendo que não existe mal algum, em uma natureza, exceto quando o bem é diminuído. Se o bem for erradicado, chegando ao fato deste acabar, com isso, assim como bem algum existiria da mesma forma a natureza alguma não permaneceria (De nat. boni, 1, 17).

mente companheira do desejo desenfreado senão a própria vontade e o livre arbítrio” (De lib. arb. I, XI, 21).

Discorrendo agora sobre o livre-arbítrio, um elemento importante ao discutirmos o assunto, Agostinho resume o problema em cinco pontos principais. O primeiro é sobre a razão. O homem é o único ser criado que é dotado da razão, da faculdade de pensar a refletir. É através da sua inteligência que ele pensa, reflete e julga. O segundo ponto é intrinsecamente ligado ao primeiro. Se o homem é dotado da faculdade da razão, isso faz dele um ser superior aos outros animais. O terceiro ponto segue complementando os outros dois, pontuando que, se ele é dotado da razão, somente ele tem a capacidade de buscar por respostas e de conhecer. Enquanto os animais vivem por instinto, o homem vive pela razão e é através dela que ele consegue conhecer e refletir. O quarto ponto fala da iluminação divina, que traz ao homem a iluminação e a percepção da ordem que Deus estabeleceu em tudo. E o último ponto, se resume no fato que, já que o homem conhece, ele pode escolher, e se assim o quiser, pode se aproximar de Deus, o criador de tudo. O único, segundo Agostinho, que pode fazê-lo feliz (COSTA, 2012, p. 37).

Os cinco pontos são interligados, e formam um raciocínio que define e explica o livre-arbítrio humano e suas escolhas. A felicidade é o anseio último do ser humano, é o que faz com que ele tome suas decisões, e acabe errando. A sabedoria, é sempre confundida por Agostinho com a beatitude, ou seja, a felicidade profunda de quem segue a Deus. Étienne Gilson complementa: “Ora, é capital para a compreensão do agostinianismo que a sabedoria, objeto da filosofia, sempre é confundida por ele com a beatitude. O que ele procura é um bem cuja posse satisfaz todo o desejo e, por consequência, confere a paz” (GILSON, 2010, p. 17).

Ou seja, é por conta do livre-arbítrio, que o mal existe. Sendo o mal uma corrupção do que é bom, uma ferrugem do bem, como já pontuamos. Mas para se alcançar a sabedoria, a vida feliz, Agostinho acreditava que só era possível através de Deus. Ser feliz era para ele, estar conservando para si a verdade, sendo Deus a verdade, e com isso, a fonte de todo o bem e a solução para todo o mal (GILSON, 2010, p. 22).

## 5. O problema com o paradoxo de Epicuro

O Paradoxo de Epicuro, quando bem estudado, termina em inúmeras contradições e equívocos. A principal delas é a própria concepção de Deus e o fato dele ter criado

o homem livre. Sendo que tal liberdade se resume na capacidade do homem em escolher o caminho que quiser, até o caminho do mal, com o fato de Deus ser incapaz de impedir o mal. Moreland e Craig resumem o problema pontuando que: “Desse modo, se Deus dá às pessoas liberdade genuína para escolher como elas quiserem, então é impossível para ele garantir quais serão suas escolhas” (2005, p. 654).

A onipotência divina, se resume ao fato de que Deus pode fazer tudo que não seja contraditório, absurdo, com isso, ao proporcionar o livre-arbítrio ao homem, tal liberdade compreende o fato de que ele pode fazer todas as escolhas que quiser, caso contrário, não seria livre-arbítrio. Alister McGrath complementa: “Quando Deus cria um Universo material, e dá às criaturas liberdade de ação, o sofrimento aparece como decorrência natural disso” (2012, p. 190). Por isso que é contraditório defender o Paradoxo de Epicuro sem degradar o conceito de livre-arbítrio humano. Ou o homem é livre, e com isso, responsável por suas ações, ou ele não é e assim, responsabilizamos Deus, ou qualquer outra divindade, por todo o mal no mundo.

Quando afirmamos que um Deus é soberano, não significa que tudo o que acontece é por conta da força de suas mãos ou do seu poder, e sim que, tudo o que este Deus quiser fazer, ele assim pode executar de acordo com todos os seus desejos. O teólogo Wayne Grudem complementa afirmando que: “A onipotência (poder, soberania) é o atributo de Deus que lhe permite fazer tudo o que for da sua santa vontade” (GRUDEM, 1999, p. 159). A liberdade, a capacidade de fazer o que ele bem quer, resume de forma coerente o conceito, e não o fato que tudo o que acontece é por conta da sua determinação.

Como podemos perceber, existem alguns problemas com o paradoxo de Epicuro com uma parte da reflexão que trata da teodiceia. O primeiro, como falamos, é a má interpretação do conceito de soberania divina, e o segundo, é não considerar o livre-arbítrio humano e a sua responsabilidade. Battista Mondin complementa, usando uma citação de Agostinho explicando que: “Se a ação humana não fosse livre; não poderia ser aprovada nem desaprovada; seria simplesmente ação humana e nada mais. Só onde há liberdade é que se pode falar de bem (e de mal). (MONDIN, 2018, p. 157).

O deus de Epicuro é um reflexo de um pensamento que não levou em consideração o homem e a sua responsabilidade no que faz. E muito menos na possibilidade do homem se corromper e usar de forma destrutiva o seu livre-arbítrio. O teólogo, linguista e hebraísta Luiz Sayão complementa, usando o argumento

de Agostinho, resumindo que: “Com uma perspectiva fundamentada no arbítrio humano, Agostinho dizia que o mal entrou no universo pela livre vontade das criaturas de Deus” (SAYÃO, 2012, p. 45). É pela livre vontade humana, que o mal entra, é por conta da sua capacidade de agir de forma livre, que o mal passou a se fazer presente no mundo.

## 6. Conclusão

O mal, bem como o próprio sofrimento é inerente a todo o ser humano, é inevitável sofrer e também nos perguntar por que sofremos. Já que existe um Deus bom, que criou supostamente, tudo bom e perfeito.

Dono de um intelecto prodigioso, sendo Agostinho, um autor profícuo, foi com a filosofia, suas ferramentas e métodos, que Agostinho racionalizou a fé, e defendeu o pensamento cristão de alguns dos principais opositores. Fundamentado em Platão, no denominado platonismo cristão, usou seu conhecimento em retórica e filosofia para defender a fé, e construir doutrinas que são usadas até hoje. Tal pensador não só buscou respostas para alguns embates que circundavam a igreja. Mas também colaborou com a teologia, fundamentando doutrinas importantes, usadas até hoje nas igrejas cristãs.

O problema do mal é um assunto muito discutido, e visto por muitos, como uma contradição, principalmente quando partimos do pressuposto de que Deus é bom, e criou tudo perfeito. Como vimos, o paradoxo de Epicuro, analisa a questão, apenas e tão somente, de um ponto de partida, deixando muitas outras variantes em aberto. Jogar a culpa do mal em Deus, sem olhar todo o entorno, e muito menos sem analisar o homem e toda a sua responsabilidade diante da vida, é cair no erro de deixar de fora muitos outros pressupostos. Se somos livres e responsáveis no que fazemos, é inevitável termos uma culpa diante de tal problema.

Agostinho resumiu a questão de forma ampla, suas respostas aos seus questionamentos, evidencia quão acurada foi a sua investigação. Por não se conformar com as respostas sem aprofundamento que as religiões de sua época propuseram, sendo uma delas o maniqueísmo. Agostinho foi mais fundo em sua investigação, procurando o cerne do problema e investigando todas as variantes da questão.

Se existe o mal, existe um autor, uma causa para que o mal exista e castigue a raça humana. Porém se é Deus quem julga, se é ele que pune o mal, ele como Deus bom, não pode ser ao mesmo tempo autor e punidor. Com isso, só existe

uma resposta, o autor do mal é o homem, e o seu livre-arbítrio da vontade, que o leva a praticar o mal.

Deus é bom e criou todas as coisas boas, já que nele não há mal. O homem, por ter sido criado livre, dotado de razão e capaz de escolher acabou escolhendo o mal. Foi por conta do seu livre-arbítrio, que o mal entrou no mundo. É da total responsabilidade humana que o mal entrou, isentando Deus da culpa pelo mal, segundo Agostinho.

O mal não existe, o que existe é a corrupção do bem, o mau uso do bem, que corrompeu e trouxe consequências drásticas ao universo. O mal não existe, o que existe é o “não ser” é o deixar de ser bom, tal qual a característica que Deus deu ao homem. Segundo o próprio Agostinho, o mal é uma ferrugem no bem, é uma corrupção que estraga e deturpa o que antes era perfeito e bom. Tirando a sua essência original, que era boa, conforme criado originalmente por Deus.

É por conta do mal uso do livre-arbítrio, que o mal entrou no mundo. Sendo que é o homem e não duas forças em guerra, o autor do mal no mundo. Tudo o que Deus fez é bom, a questão foi que Deus fez o homem além de bom, com a capacidade de decidir e tomar as suas decisões, e foi por conta deste seu livre-arbítrio, que o mal entrou, e corrompeu o que originalmente era bom.

## Referências

- AGOSTINHO. **A natureza do bem: O castigo e o perdão dos pecados: O batismo das crianças.** 1. ed. São Paulo: Editora Paulus, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Diálogo sobre o livre arbítrio.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O livre-arbítrio,** 1. ed. São Paulo: Editora Paulus, 2019.
- ALLEN, Diogenes.; SPRINGSTED, Eric. O. **Filosofia para entender teologia.** 1. ed. São Paulo: Editora Paulus; São Paulo: Academia Cristã, São Paulo, 2017.
- ANZENBACHER, Arno. **Introdução à filosofia.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.
- BRANDÃO, Ricardo Evangelista. **Introdução à Filosofia da Natureza de Santo Agostinho.** Porto Alegre: Editora Fi, 2019.
- CHAUI, Marilena. **Iniciação à filosofia,** 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2014.
- COSTA, Marcos. Roberto. **10 lições sobre Santo Agostinho,** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

- FERREIRA, Franklin. **Agostinho de A a Z**. 1. ed. São Paulo: Editora Vida Acadêmica, 2007.
- GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. 2. ed. São Paulo: Editora Paulus, 2010.
- GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática: Atual e Exaustiva**. 1. ed. São Paulo: Editora Vida Nova, 1999.
- HUME, David. **Diálogos sobre a religião natural**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KELLY, J. N. D. **Patrística**: Origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã. 1. ed. São Paulo: Editora Vida Nova, 2009.
- MCGRATH, Alister. **Apologética cristã no século XXI**: ciência e arte com integridade. 1. ed. São Paulo: Editora Vida Acadêmica, 2018.
- MOLINARO, Aniceto. **Metafísica**: Curso sistemático. São Paulo: Paulus, 2019.
- MONDIN, Battista. **Curso de Filosofia**. 1. ed. São Paulo: Editora Paulus, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à filosofia**: problemas, sistemas, autores, obras. 1. ed. São Paulo: Editora Paulus, 2019.
- MORELAND, J. P.; CRAIG, William. Lane. **Filosofia e cosmovisão cristã**. 1. ed. São Paulo: Editora Vida Nova, 2005.
- RUSSELL, Bertrand. **História da filosofia ocidental**: Livro 1 a filosofia Antiga. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.
- \_\_\_\_\_. **História da filosofia ocidental**: Livro 2 A filosofia católica. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.
- \_\_\_\_\_. **História do pensamento ocidental**. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Por que não sou cristão**: um livro que coloca ao leitor questões que nunca mais poderão ser ignoradas. 1. ed. Porto Alegre: Editora L & PM Pocket, 2016.
- SAYÃO, Luiz. **O Problema do Mal no Antigo Testamento**. 1. ed. São Paulo: Editora Hagnos, 2012.
- SPINELLI, Miguel. **Epicuro e as bases do epicurismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Paulus, 2013.



Guilherme Augusto de Carvalho

### Sobre o autor

Mestrando em Filosofia (UEM, 2022), Bacharel em Teologia (FATEBE/FCC, 2015), Licenciatura em Pedagogia (FACESE, 2021) e formação pedagógica em Filosofia (UNINTER, 2021). Especialista em Filosofia (UCAM, 2017), em Ciências da Religião e Ensino Religioso (FTSA, 2020) e em Formação de Docente para EAD (UNINTER, 2022). Atualmente é professor do Centro Universitário Internacional Uninter, nas graduações de Filosofia, Teologia e Ciências da Religião. Membro da Comunidade Luterana do Redentor, autor de vários livros e do blog: Teologia na Solitude ([teologianasolitude.com.br](http://teologianasolitude.com.br))

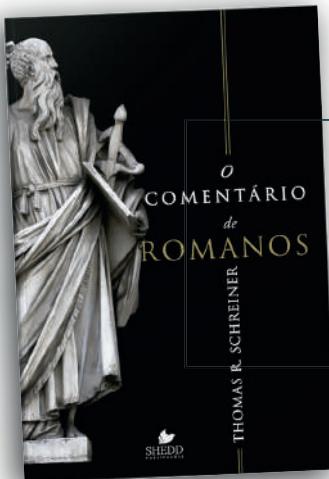
# Lançamentos

1Pedro: comentário exegético

2ª Ed. revisada e atualizada

Karen H. Jobes | 16x23 cm | 496 p.

Nesta nova edição, a renomada estudiosa bíblica Karen Jobes apresenta um comentário abrangente e profundo de 1Pedro, revisado e atualizado com os estudos mais recentes.



O comentário de Romanos

Thomas R. Schreiner | 16x23 cm | 1088 p.

Um comentário acadêmico que alcança os objetivos de brevidade e lucidez, facetas louvadas por Calvino nos comentaristas, mas o propósito primeiro deste comentário é explicar o texto bíblico.

Tesouros de Agostinho

Textos Selecionados

Franklin Ferreira | 14x21 cm | 496 p.

Nesta obra, Franklin Ferreira convida o leitor a explorar as obras de um dos mais influentes teólogos da história cristã. Com uma introdução detalhada e uma seleção criteriosa de mais de 130 verbetes, organizados de A a Z, este livro oferece uma visão abrangente e inspiradora dos temas centrais da teologia agostiniana.



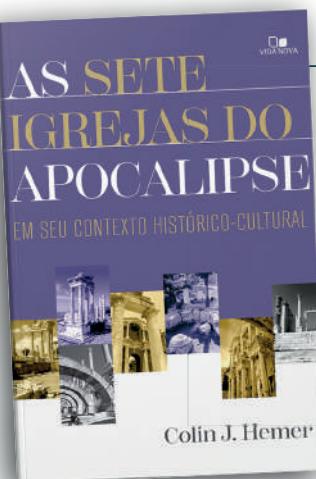
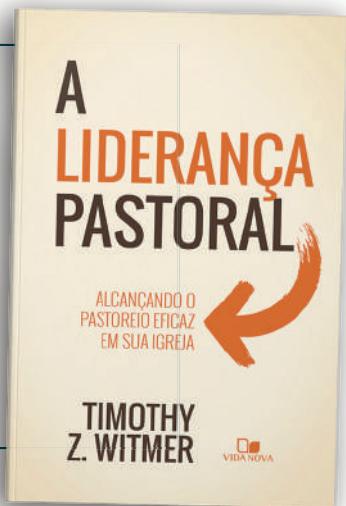
### A liderança pastoral

Alcançando o pastoreio eficaz em sua igreja

Timothy Z. Witmer | 14x21cm | 288 p.

Neste livro, Witmer esclarece os quatro principais ministérios dos pastores: conhecer, alimentar, liderar e proteger — tanto no nível macro (abrangendo toda a igreja) quanto no nível micro (pessoal).

Com este livro, o autor espera ajudar os líderes da igreja a aplicarem os princípios pastorais em seus contextos ministeriais, promovendo um pastoreio mais bíblico e significativo.



### As sete igrejas do Apocalipse

Em seu contexto histórico-cultural

Colin J. Hemer | 16x23 cm | 384 p.

Este clássico de Colin Hemer explora as sete cartas do Apocalipse no cenário histórico das igrejas às quais foram endereçadas. Este estudo magnífico, baseado em fontes literárias, epigráficas e arqueológicas, norteado pelo conhecimento pessoal de Hemer dos locais bíblicos, apresenta uma imagem clara do mundo do Novo Testamento na segunda metade do primeiro século e sua relevância para questões mais amplas da história da igreja.

Bíblias de estudo Esperança  
365 perguntas e respostas  
sobre a vida e a morte

14x20,5 cm | 1200 p. | Capa Dura

Agora em capa dura e novos  
modelos de capa.

